

A discursivização acerca da homoafetividade: (des)construção de identidades ancoradas numa intolerância religiosa

The discussion about homosexuality: (de) construction of
identities rooted in religious intolerance

Danúbia Barros Cordeiro*

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo problematizar as práticas de discursivização acerca dos sujeitos homoafetivos em nossa sociedade, pretendendo-se aqui verificar a produção de sentidos em um texto de *outdoor* contra o homossexualismo e a (des)construção da identidade gay a partir dos questionamentos, das discussões e dos preconceitos dirigidos a esse grupo. A investigação será feita sobre o texto exposto em dez *outdoors* que foram espalhados em várias ruas da cidade de Campina Grande (Paraíba), intitulados *homossexualismo*, no período entre 18 e 22 de junho de 2007, sendo uma campanha patrocinada pela VINACC (Visão Nacional para a Consciência Cristã) e pelo Projeto Jonas, entidade apoiada por igrejas evangélicas da Paraíba. O referencial teórico que balizará a análise do *corpus* é o da Análise do Discurso de orientação francesa e sua noção de leitura enquanto interpretação a partir dos gêneros discursivos, procurando observar as leituras e os sentidos alcançados sobre o texto em sua opacidade, os quais são ancorados pelas redes de memória. Assim, esse trabalho observa que as identidades homossexuais são (des)construídas no interior de formações discursivas específicas em meio às relações sociais e culturais e essa (des)construção tende a produzir sujeitos iguais dentro de uma sociedade e excluir os que fogem a essa realidade, os "diferentes". Isso confirma o controle social por meio de procedimentos reguladores, que organiza e seleciona os acontecimentos e os dizeres através das relações de poder.

Palavras-chave: Análise de discurso. Identidade homoafetiva. Discurso religioso.

ABSTRACT: This article aims to analyze the speeches on the subject homosexual in our society, the objective here is to verify the production of meaning in an outdoor text against homosexuality and (de)construction of gay identity from the questions, the discussions and prejudice directed at this group. The research will be done on the text displayed in ten billboards were scattered in various streets of the city of Campina Grande (Paraiba), HOMOSEXUALITY entitled, in the period between 18

* Doutora em Linguística pela UFPB (2013), Mestre em Linguística pela UFPB (2008), especialista em Língua Portuguesa pela UEPB (2007), e graduada em Letras - Língua Vernácula pela UFPB (2005). Atua como professora do ensino médio e superior do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. É, ainda, pesquisadora do grupo de pesquisa TEOSSENO - Teorias do sentido: discursos e significações (CNPq).

and 22 June 2007, with a campaign sponsored by VINACC (National Vision for Christian Awareness) and Project Jonah, an organization supported by evangelical churches in Paraíba. The theoretical framework guiding the analysis of the corpus is the Discourse Analysis of French oriented and his notion of reading as interpretation from the genres, trying to observe the readings and made sense of the text in its opacity, which are anchored by memory networks. Thus, this paper notes that homosexual identities are (un) built within specific discursive formations in the midst of social and cultural relations and this (de)construction tends to produce a subject equal in society and exclude those who flee to this reality, the "different". This confirms the social control through regulatory procedures, which selects and organizes events and through the words of power relations.

Keywords: Discourse analysis. Homosexual identity. Religious discourse.

Considerações Iniciais

No âmbito social, no tocante à homossexualidade, instigantes questionamentos colocam-se: Que imagem a igreja faz do homossexualismo? Como as práticas de leitura influenciam a construção da identidade gay? Quais são as construções identitárias produzidas a partir da memória do discurso bíblico?

Com o objetivo de problematizar as discussões acerca dos homossexuais em nossa sociedade, pretendemos aqui verificar as práticas de leitura como forma de interpretação, bem como a produção de sentidos em um texto de *outdoor* contra o homossexualismo e a construção da identidade gay a partir dos questionamentos, das discussões e dos preconceitos dirigidos a esse grupo.

A investigação será feita sobre o texto exposto em dez *outdoors* que foram espalhados em várias ruas da cidade de Campina Grande (Paraíba), intitulados *homossexualismo*, no período entre 18 e 22 de junho de 2007, sendo uma campanha patrocinada pela VINACC (Visão Nacional para a Consciência Cristã) e pelo Projeto Jonas, entidade apoiada por igrejas evangélicas da Paraíba. A análise acerca destes *outdoors* se dará sob a perspectiva da Análise do Discurso de orientação francesa.

Análise do discurso de orientação francesa

A Análise do Discurso (AD) nasceu como campo do saber no final dos anos 1960, fundada duplamente por Jean Dubois e Michel Pêcheux. Apesar de algumas divergências teóricas, ambos tinham como objeto de estudo o discurso, bem como estavam ligados ao Marxismo e à política. Além disso, encontravam-se envoltos em uma conjuntura política e intelectual da França e preocupavam-se com a luta de classes; daí pregarem a interpretação textual levando em conta os sujeitos sociais e a História.

Contudo, as propostas apresentadas pelos fundadores apresentavam diferenças, o que influenciou o caminho percorrido pela Análise do Discurso. Dubois, como lexicólogo, vê a AD como continuação da Linguística e apresenta um modelo sociológico imanentista para a análise de textos. Por outro lado, Pêcheux apresenta o quadro epistemológico da AD, a partir da problematização de três áreas das Ciências Humanas e Sociais. Desse modo, ele faz uma crítica à Linguística Estrutural, a partir do corte saussureano que, ao eleger a língua como objeto de estudo, exclui o sujeito e a História. Pêcheux também questiona a Psicanálise freudiana, criticando a noção de sujeito psicológico, individual, e ainda propõe uma releitura do Materialismo Histórico de Marx, questionando a noção de ideologia como “falsa verdade”. Pêcheux não só critica esses campos do saber, mas rearticula e re-elabora conceitos. É por meio dessas problematizações e rupturas teóricas que surge a Análise do Discurso (AD), caracterizando-se como um campo transdisciplinar desde a sua fundação.

A AD tem como objeto de estudo o discurso, entendido como processo em que se articula uma materialidade linguística e uma materialidade histórica (sócio-ideológica). Para Orlandi (2000), a investigação na AD é feita sobre a língua em seu aspecto semântico, enquanto valor simbólico, como parte do homem, da sociedade e de sua história. Não se pretende, com essa construção teórica, encontrar a “verdade”, e sim fazer uma reconstrução das falas que propiciaram uma “vontade de verdade” em dado momento histórico.

O conceito de discurso adotado neste trabalho é o definido por Foucault (1987, p. 135): “chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apóiem na mesma formação discursiva”.

Os discursos são construídos pelos sujeitos a partir de diversas formações discursivas. No entanto, os sentidos de seus enunciados estão diretamente relacionados aos lugares sociais que estes e que seus interlocutores ocupam. Este aspecto vem a corroborar a visão de Barbosa (2000, p. 140), segundo a qual “a possibilidade de os sentidos circularem de uma formação para outra justifica, pois, a pluralidade de significações”.

A partir da ideia dos enunciados como *sistemas de dispersão*, Foucault origina o conceito de formação discursiva. Segundo ele, “sempre que se puder descrever, entre certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade [...] entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva” (FOUCAULT, 1987, p. 43).

Com relação à produção do discurso, Foucault (1999, p. 8-9), na *Ordem do Discurso*, afirma que “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos [...]”.

O filósofo francês alega, ainda, que a produção do discurso dá-se a partir de procedimentos que apresentam mecanismos discursivos de exclusão, de sujeição e de rarefação. Cabe, neste trabalho, fazer referência aos procedimentos de interdição, de vontade de verdade e de comentário.

A interdição é um procedimento externo que implica não ter o direito de falar tudo o que pensa de qualquer forma e em qualquer lugar. E essa interdição se dá mais fortemente nos campos da sexualidade e da política.

Outro procedimento externo, apontado por Foucault, é o da vontade de verdade, que diz respeito ao discurso verdadeiro da época e que se apóia em um suporte institucional. Essa vontade de verdade remete à maneira de como o

saber é construído em uma sociedade através de uma instituição, visando a manipular os outros discursos por meio de pressão e pelo poder de coerção.

Por fim, quanto aos processos de produção do discurso, cita-se o procedimento interno de comentário, que se caracteriza pela repetição, ou seja, são os discursos que sempre são retomados, citados, como os textos religiosos, jurídicos, literários. Para Foucault (1999), “o comentário limita o acaso do discurso pelo jogo de uma *identidade* que teria a forma da repetição e do mesmo”.

Estes conceitos de discurso, formação discursiva e produção do discurso na AD são de fundamental importância para a construção da identidade do indivíduo, que se forma a partir do que pode e deve ser dito, do contexto histórico e da memória social.

Discutindo a questão da identidade

A identidade é uma construção discursiva e, assim sendo, remete a uma memória que se materializa nas práticas sociais (local dos discursos). Silva (2000) explica que a identidade e a diferença, além de não se separarem, “[...] não podem ser compreendidas [...] fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentidos. Não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem” (SILVA, 2000, p. 78). Por esta razão, identidade e diferença trazem características de indeterminação e instabilidade com relação à linguagem da qual dependem, pois ambas estão diretamente relacionadas com o social, o que implica uma definição ancorada em relações de poder.

Hall (2000, p. 109) assevera que as identidades também são construídas por meio da diferença e dentro do discurso, sendo, por isso, necessário “[...] compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”.

A aplicação dessas noções ao texto do *outdoor* analisado resulta na observação da produção de sentidos acerca do homossexualismo e da

construção da identidade gay a partir da ideia de como deve ser o posicionamento destes indivíduos na sociedade, em particular em ambientes públicos, como os locais instituídos pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (prefeitura, justiça, Igreja, escola, família, etc.) que, na perspectiva de Althusser (1985), são entidades que disseminam a ordem estabelecida (ideologia dominante) para a sociedade, posto que determinam e exigem comportamentos adequados por parte dos indivíduos.

Sabendo que a memória social, o contexto histórico e as formações discursivas estão diretamente ligados à construção das identidades sociais, é possível visualizar a materialização destes, por exemplo, no texto dos *outdoors* acerca do homossexualismo a partir da noção do que “pode e deve ser dito” e de regras de conduta em uma sociedade. O que vem a provocar conflitos, uma vez que a classe excluída (os homossexuais) está ideologicamente “em contradição” com as regras da classe dominante, as quais cerceiam a memória dos sujeitos não-excluídos, gerando preconceitos. Isto confirma que toda sociedade é organizada e controlada por procedimentos reguladores, tendo como finalidade controlar e selecionar os acontecimentos e os dizeres por meio de relações de poder.

A noção de leitura na perspectiva discursiva

Na perspectiva da Análise do Discurso de Linha Francesa, a noção de leitura define-se pela ideia de interpretação e de compreensão, lugar que possibilita a criação de sentidos que dependerão de diversos modos de leitura, de acordo com os lugares ocupados pelo sujeito que carregam diferentes formações discursivas, sustentadas por uma memória social que traz a remissão a outras leituras.

Assim, o processo de leitura não significa a simples observação de um texto como produto acabado, no qual o sentido, caracterizado por sua opacidade, seja possível de ser assimilado em sua totalidade. Esta afirmação corrobora o posicionamento de Milanez (2004, p. 184), segundo o qual “a

leitura é [...] espaço de controle e lugar de possibilidade de criação de novos sentidos. É movimento que pode construir um lugar para a subjetividade do leitor”.

Segundo Orlandi (1988, p. 8), é preciso considerar alguns pontos relevantes no que diz respeito à leitura na perspectiva discursiva. O primeiro implica que sujeito e sentidos são determinados historicamente, ou seja, o sujeito carrega um conjunto de formações discursivas, que regulam as formas de dizer instituídas socialmente. Por isso, os sentidos são muitos, uma vez que se determinam historicamente, resultando na leitura de alguns sentidos, mas nunca de todos.

O segundo ponto refere-se ao fato de que há inúmeros e variados modos de leitura, implicando diversas formas de interagir com o texto e, ainda, que o sujeito relaciona-se com os diversos modos e efeitos de leitura de cada época e segmento social.

É possível pontuar alguns aspectos também importantes quanto à leitura na perspectiva discursiva, dentre os quais, destaca-se que todo sentido é constituído pela opacidade. Por isso, não se é possível apreender todos os sentidos de um texto, cuja exterioridade é constitutiva. Assim, todo dizer caracteriza-se como incompleto, pois o não dito, a ausência de sentidos, também significa e, por último, a ideia de que o sujeito, a partir das posições sociais ocupadas, carrega diferentes formações discursivas, ancoradas pelas formações imaginárias que determinarão sua interpretação sobre um dado texto.

Quanto ao sentido do enunciado, Foucault (1987) afirma que ele muda de acordo com as relações estabelecidas com outros enunciados. Isto significa que, para o filósofo francês, a História é construída pelas relações sincrônicas entre os discursos que, por meio de jogos enunciativos, afirmam-se, negam-se e distinguem-se, o que resulta na materialização da História nos enunciados. Nessa ordem do discurso, os textos são, eles próprios, objetos de uma prática, na medida em que foram feitos para serem lidos, meditados, tocados com os

olhos, sentidos pelos dedos, postos à prova do tempo para no final, constituírem a “armadura da conduta cotidiana” (ORLANDI, 2000, p. 187).

Quanto às práticas de leitura vistas mediante uma perspectiva discursiva, tem-se que o discurso religioso almeja a total submissão do sujeito (cristão) às regras que lhe são superiores, passando a reconhecer o seu lugar de sujeito e o lugar de Deus. Com isso, é alcançada a imagem do bom sujeito (cristão), aquele que se submete à ordem divina.

O discurso religioso

O discurso religioso (DR), segundo Orlandi (1996), apresenta como principal característica a de fazer ouvir a voz de Deus por meio de seus enviados (profeta, pastor, padre), sendo uma forma de relação simbólica, ou seja, é “aquele em que há uma relação espontânea com o sagrado” (ORLANDI, 1996, p. 246). Portanto, o DR sustenta-se no discurso bíblico como álibi para impor uma vontade de verdade, em virtude de este discurso estar fincado na memória social como o verdadeiro de todas as épocas, independentemente do advento da globalização e das profundas mudanças sociais ocorridas.

O DR funciona como um dos procedimentos internos, o comentário, pois sempre faz referência a um texto de origem sagrada. Por isso, há sempre um já dito, uma intertextualização de base divina. Tomando o discurso como materialidade ideológica, cujo objetivo é capturar o indivíduo livre e assujeitá-lo a um poder superior, pode-se afirmar que o indivíduo livre é interpelado por Deus para que livremente aceite sua coerção a um poder superior (ele próprio, Deus, é o poder superior), conforme defende Orlandi (1996).

Os representantes ou enviados, que transmitem a voz de Deus, não devem modificá-la, mas seguir as normas restritas reguladas pelo Livro Sagrado, pelas Igrejas, pelos dogmas, o que caracteriza esta voz como sendo dotada de uma estrutura rígida. Com isso, é mantida uma perpétua distância entre a voz de Deus e a voz do homem.

Além disso, a interpretação da palavra de Deus é rigidamente controlada. Logo, “Os sentidos não podem ser quaisquer sentidos: o discurso religioso tende fortemente para a monosssemia” (ORLANDI, 1996, p. 246). Isto torna estanque a busca pela polissemia, resultando no impedimento da reversibilidade. Vale dizer que ao locutor e ao ouvinte escapam o direito de atribuir sentidos.

Com isso, a autora afirma que a fé depositada no que as instituições religiosas pregam torna-se “o parâmetro pelo qual delimita a comunidade e constitui o escopo do discurso religioso em suas duas formações características: para os que crêem, o discurso religioso é uma promessa, para os que não crêem é uma ameaça” (ORLANDI, 1996, p. 250).

Portanto, o discurso religioso é aquele que almeja a total submissão do sujeito (cristão) às regras que lhe são superiores, passando a reconhecer o seu lugar de sujeito e o lugar de Deus. E esse reconhecimento não corresponde à reversibilidade. Com isso, é alcançada a imagem do bom sujeito (cristão), aquele que se submete à ordem divina.

Análise do *corpus*

No texto do *outdoor* abaixo, pretende-se verificar as possíveis formações discursivas, sua relação com a memória social, a produção de sentidos e a construção da identidade gay. O elemento crucial nas observações sobre o texto dos *outdoors* não é o fato em si, mas a projeção da posição social e a construção de sentidos no discurso.

Figura 1 – Outdoor do projeto Vinacc. Foto por Danúbia Barros, em 20 jun. 2007



Com a expressão “homossexualismo” e a frase bíblica “E fez Deus homem e mulher e viu que era bom!”, o *outdoor* apresenta um texto carregado de significações. Iniciando pelas cores utilizadas, o vermelho que colore a palavra *homossexual* pode estar relacionado ao pecado, ao impuro, ao escândalo. Disposta sobre uma faixa branca, que pode fazer alusão a uma falsa aceitabilidade social, moral e democrática. Ou ainda, a cor branca poderia representar a influência pretensamente benéfica do discurso bíblico ou da própria instituição sobre o homossexual que se identifica com o código de conduta cristão. O trecho bíblico grafado na cor branca pode significar a pureza da palavra de Deus, da verdade absoluta sobre o mundo, carregado de escuridão e obscenidades, sendo esses sentidos representados pela faixa de cor preta. Por fim, tem-se a identificação do responsável pelo texto na cor vermelha sobre a faixa amarela, que pode estar relacionada aos sentidos conferidos às cores do semáforo, sendo o vermelho sinalizador de sentidos como “pare!”, “perigo!”, “reflita!”. Nesta perspectiva, o amarelo da faixa poderia simbolizar um alerta por atenção. Seguindo esta linha de raciocínio, o indivíduo que optasse por seguir em frente em sua orientação sexual condenável do ponto de vista religioso, estaria infringindo o código de conduta socialmente estabelecido, estando, assim, sujeito às sanções.

O texto do *outdoor* remonta às diversas formações discursivas que se entrecruzam e estabelecem entre si uma relação de antagonismo. Em primeiro plano, há o discurso religioso, tomado como incontestável e monossêmico, atuando como legitimador, não só da conduta social em si, mas do posicionamento ideológico da própria instituição vinculadora da mensagem publicitária. De acordo com este discurso, o homossexualismo é condenável por ser uma abominação. Portanto, qualquer indivíduo que fizer parte deste grupo “à margem” estará infringindo a lei incontestada e, assim, estará sujeito às sanções sociais que visam o controle de suas ações. De certa forma, o discurso religioso evoca uma memória inclusive biológica da humanidade, de acordo com a qual homem e mulher deveriam procriar, constituindo a família e, por extensão, o paradigma social. Ir de encontro a esta memória seria, de acordo com este discurso, algo semelhante a negar a programação genética da própria espécie.

Insurge-se ao discurso bíblico e ao da instituição, que se coloca como seu legítimo porta-voz, o discurso da homoafetividade, para o qual as restrições de gênero não são determinantes do grau de aceitabilidade da relação. O homossexual não se mostra inconsciente da existência dessa memória de prestígio social, que valoriza a constituição da família padrão. Entretanto, como essa memória não corresponde ao seu próprio código de conduta, ele a nega, subvertendo-a. A homoafetividade propõe-se a reinventar a instituição familiar, base por excelência da sociedade, e esta, naturalmente, resiste à subversão de seus mais caros princípios.

No âmbito social, não há consenso no que concerne à homoafetividade. Há uma identificação muito forte com o discurso religioso e sua memória, que toma para si a tarefa de regular a conduta social. Não há como negar, todavia, que está se verificando, ainda que timidamente, um relativo movimento de abertura, advindo da pressão desse segmento social marginalizado, no sentido de promover uma maior aceitação do diferente. Assim, a identidade homoafetiva não é propriamente aceita, mas é reconhecida. Do ponto de vista legal, este reconhecimento vem favorecendo a sanção de leis que beneficiam os

homossexuais e seus direitos civis. A exemplo disto, no caso do *outdoor* em questão, a superexposição da temática homossexual foi entendida pela juíza da 1ª Vara Cível de Campina Grande, Exa. Sra. Maria Emília Neiva de Oliveira, como ofensiva aos direitos desses indivíduos, o que levou os *outdoors* a serem removidos da cidade sob a alegação de vincularem mensagem homofóbica.

Trazendo à baila mais uma vez as ideias foucaultianas, a interdição manifesta-se em três pontos distintos: por um lado, tem-se o homossexual que, além de não estar autorizado a falar abertamente de sua orientação sexual em qualquer hora e em qualquer ambiente, não está autorizado sequer a exercê-la livremente no âmbito social. Por outro lado, o texto do *outdoor* em análise interdita a contestação social por ancorar-se no discurso bíblico, o qual, em nossa sociedade, é tomado como uma verdade divina e, conseqüentemente, absoluta. A terceira interdição faz referência à instituição que, por fazer uso do direito de liberdade de expressão para vincular uma mensagem ofensiva, sofreu a sanção de ser silenciada por determinação judicial, advinda da não-aceitabilidade do outro, visto e reconhecido como diferente.

A interdição, vista nos três aspectos acima mencionados, advém da vontade de verdade imposta socialmente pelas instituições. No caso específico do *outdoor*, essas instituições são a Igreja, a Visão da Nova Consciência Cristã (VINACC) e a Justiça. Do ponto de vista social, o verdadeiro da época vigente prega o reconhecimento do homossexual como um ser de direito. Ao impor as suas vontades de verdade, as referidas instituições, com exceção da Justiça, estabelecem uma relação de distanciamento no tocante ao verdadeiro da época, colocando-se na linha de frente do combate, tido como necessário, à identidade conflitante. Vale salientar que a Justiça, ainda que não endosse o combate acintoso à homoafetividade, não tomou, até então, uma posição sólida perante esta questão. É bem verdade que, baseando-se na própria memória padrão de família, ainda não foram aprovadas para os homossexuais leis que contemplem direitos civis básicos, como por exemplo, o casamento, por fugir ao verdadeiro da época, não obstante a existência do reconhecimento social da homoafetividade, ainda que seja aquém do desejável para a comunidade gay.

Quanto ao processo de produção do discurso do *outdoor*, outro procedimento verificado é o comentário. Mediante este procedimento, é retomada a memória da criação divina da humanidade, com o intuito de impor a noção padrão de família, a ser conservada mesmo em detrimento dos interesses da comunidade gay. A repetição exaustiva do preceito bíblico, na sociedade ocidental, faz parte da própria educação dos membros dessa sociedade, não importando sua orientação sexual. Dessa forma, o discurso bíblico investe de um poder de validade que o torna atemporal, sendo pertinente para o verdadeiro de todas as épocas.

Considerações Finais

É a partir dos preconceitos investidos contra a comunidade gay que esta vem construindo sua identidade, por meio do engajamento na causa homo, de resistências, de intervenções na política e no jurídico. Este processo resulta, para os homossexuais, em características identitárias que lhes são próprias e que incomodam a sociedade por sua diferença.

Por isso, a aceitação dos grupos homoafetivos torna-se tão difícil, pois estes exercem sua sexualidade da maneira distinta da tida como “normal”, da instituída pela memória social e pela vontade de verdade da época. Essa “normalidade”, que aparece nos discursos, representa as formações discursivas oriundas das instituições sociais (igreja, família, justiça, etc.), as quais mantêm com os sujeitos uma relação de poder, ditando regras, criando normas que devem ser seguidas, do contrário, os indivíduos sofrem sanções.

Portanto, é a partir dessas interdições, das relações de poder, dos efeitos de sentido entre os interlocutores que os grupos homossexuais vão construindo suas identidades e têm suas identidades construídas por meio da noção do que pode e deve ser dito, constituindo-se como uma classe excluída socialmente. Isto confirma o controle social por meio de procedimentos reguladores, que organizam e selecionam os fatos e os dizeres segundo as relações de poder.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BARBOSA, Pedro Luis Navarro. Produção de texto e subjetividade: o jogo de imagens. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. *Filigranas do discurso: as vozes da história*. Araraquara: FCL/ Laboratório Editorial / UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. (L. F. B. Neves, Trad.). 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. *A ordem do discurso*. 5ª. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KLEIMAN, Ângela. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, São Paulo: Pontes; Unicamp, 1993.

MILANEZ, Milton. A disciplinaridade dos corpos: o sentido em revista. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso & Leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª. ed. Campinas: Pontes, 1996.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença, In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.